



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

EVASÃO NO CURSO NORMAL

MONOGRAFIA

IOLANDA REGINA DIAS PEREIRA

Santa Maria, RS, Brasil

2005

EVASÃO NO CURSO NORMAL

por

IOLANDA REGINA DIAS PEREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação com Ênfase em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

**Especialista em Educação
com Ênfase em Gestão Educacional.**

MYRIAN CUNHA KRUM

Orientadora

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

EVASÃO NO CURSO NORMAL

Elaborada por
IOLANDA REGINA DIAS PEREIRA

Como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação com Ênfase em Gestão Educacional**.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Myrian Cunha Krum
Presidente/Orientadora

Prof^a. Ms. Lorena Marquezan
Professor

Prof. Ms. Claudio E. G. Dutra - UFSM

Santa Maria, 16 de agosto de 2005.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Virgílio (in memoriam), que sempre valorizou o conhecimento e não teve oportunidade de estudar. Minha saudade e reconhecimento a tudo que fez por mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus.

À minha orientadora Myriam Cunha Krum e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, equipe diretiva, professores e alunos do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro.

Agradecimento especial à professora Eneidy da Rosa Vivian, que tanto me incentivou, ao Gaúcho, companheiro de todas as horas e a minha família.

RESUMO

**Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil**

EVASÃO NO CURSO NORMAL

Autora: Iolanda Regina Dias Pereira
Orientadora: Myrian Cunha krum
16 de agosto de 2005

A evasão dos alunos, vivenciada no Curso Normal de Nível Médio, no período de 1999 a 2004, motivou a presente pesquisa. O contexto educacional brasileiro tem demonstrado, segundo as estatísticas, uma queda na qualidade educativa escolar, através dos altos índices de reprovação do aluno, que vem concorrendo para elevar o número da evasão. Este fenômeno envolve a qualidade pedagógica, desde a gestão escolar passando pela adequação curricular que orientam a ação educativa, até a avaliação do desempenho do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem. Investigou-se a evasão no Curso Normal no Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro, em Caçapava do Sul - RS, campo desta pesquisa, através de questionários respondido pelos diversos segmentos dessa instituição e da coleta de dados nos registros existentes. Esta investigação encontrou suporte teórico no pensamento de diversos educadores contemporâneos, entre os quais destacam-se Libâneo (1994 e 1997), Demo (1993 e 1996), Melchior (1998), Hoffmann (1991) e Vasconcelos (2001). Trata da realidade em que está inserida a escola e de sua função social, num contexto, legalmente, democrático, apoiando-se no Art. 206 da Constituição Federal (1988), na LDB/96, bem como, na Gestão Democrática, com base na Lei 10.576/95-RS. Não se tem a pretensão de apresentar soluções definitivas para o problema da evasão escolar, acredita-se que muitos estudos se sucederão. Porém, o presente estudo demonstrou que as causas do insucesso na aprendizagem do aluno no Curso Normal são de ordem político-pedagógicas, sócio-culturais e econômicas. Muitas delas fogem ao controle da Escola, concorrendo para a evasão do aluno. Cabe, porém, aos responsáveis pelo processo educativo empenhar-se na busca de alternativas de solução, se não para eliminar definitivamente, pelo menos, minimizar a evasão escolar.

Palavras-chave: Evasão, Ensino-Aprendizagem e Curso Normal

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of Masters degree in Educational Administration
Federal university of Santa Maria, RS, Brasil

ESCAPE IN THE NORMAL COURSE

Author: Iolanda Regina Dias Pereira
Orientadora: Myrian Cunha krum
August, 16, 2005

The students' escape, vivenciada in the Normal Course of Medium Level, in the last times, motivated to present he/she researches. The Brazilian educational context has been demonstrating, according to the statistics, a fall in the school educational quality, through the high indexes of the student's reproof, that it comes competing to elevate the number of the escape. This phenomenon involves the pedagogic quality, from the school administration going by the adaptation curricular that guide the educational action, to the evaluation of the teacher's acting and of the student in the process teaching-learning. The escape was investigated in the Normal Course in the State Institute of Education Dinarte Ribeiro, field of this research, through questionnaires answered by the several segments of that institution and of the collection of data in the existent registrations. This investigation found theoretical support in the several contemporary educators' thought, among which stand out Libâneo (1994 and 1997), Demo (1993 and 1996), Melchior (1998), Hoffmann (1991) and Vasconcelos (2001). it is about the reality in that the school is inserted and of its social function, in a context, legally, democratic, leaning on in Art. 206 of the Federal Constitution (1988), in for LDB/96, as well as, in the Democratic Administration, with base in the Law 10.576/95-RS. the pretense is not had of presenting definitive solutions for the problem of the school escape, it is believed that many studies will happen him. Even so, the present study demonstrated that the causes of the insucesso in the student's learning in the Normal Course are of political-pedagogic, partner-cultural and economic order. Many of them flee to the control of the School, competing for the student's escape. It fits, even so, to the responsible persons for the educational process to insist in the search of solution alternatives, if not to eliminate definitively, at least, to minimize the school escape.

Word-key: Escape, I teach learning and Normal Course.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-a - Demonstrativo do número de alunos, por ano de ingresso, através da sua progressão nas quatro séries do Curso Normal	29
Quadro 1-b - Demonstrativo em percentual de aprovação	29
Quadro 2 - Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro, sob o olhar dos professores	31
Quadro 3 - Perfil do professor que atua nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva dos professores do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro	35
Quadro 4 - Mudanças necessárias apontadas pelos professores do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro	36
Quadro 5 - Formas de articulação entre teoria e prática no Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro pelos professores	37
Quadro 6 - Forma como a Escola contempla espaços de Formação Continuada no Curso Normal	38
Quadro 7 - Principais entraves na formação profissional dos alunos do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro	38
Quadro 8 - O Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro sob o olhar dos alunos	38
Quadro 9 - Motivos da escolha do Curso Normal pelo aluno	38
Quadro 10 - Sugestões de mudanças no curso pelos alunos freqüentes ..	38
Quadro 11 - Motivos da desistência dos alunos no Curso Normal	38

Quadro 12 - Opinião dos alunos quanto ao Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro	40
Quadro 13 - Causas apontadas pelos alunos quanto à desistência do Curso	40
Quadro 14 - Mudanças necessárias no Curso Normal, sob o olhar dos alunos	40
Quadro 15 - Motivos da desistência do Curso apontados pelos alunos	41

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	48
APÊNDICE B	49
APÊNDICE C	50
APÊNDICE D	51

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE APÊNDICES	ix
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Educação e a Realidade Brasileira.....	14
2.2 A Função Social da Escola.....	15
2.3 A Gestão Democrática e a Qualidade da Educação.....	17
2.4 O Currículo Escolar.....	19
2.5 Dificuldades no processo Ensino-Aprendizagem.....	21
2.6 Avaliação Escolar: Sucesso ou Fracasso.....	23
2.7 O Curso Normal de Nível Médio do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro.....	26
2.8 A Evasão dos Alunos do Curso Normal.....	28
3 METODOLOGIA.....	31
3.1 Análise e Interpretação dos dados.....	32
3.1.1 Equipe Diretiva.....	32
3.1.2 Professores.....	33
3.1.3 Alunos Freqüentes.....	39
3.1.4 Alunos Evadidos.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	47

1 INTRODUÇÃO

É evidente a evolução técnico-científica da sociedade brasileira onde são constatados significativos avanços na Educação nas últimas décadas, porém, a instituição escolar, ainda, apresenta um bom número de alunos que, mesmo conseguindo aprovação, tem um baixo nível de aprendizagem. Não atingindo a aprovação, alguns permanecem longos anos na escola, cuja aprendizagem apresenta lacunas e defasagem nas diferentes disciplinas, outros se evadem.

O insucesso na aprendizagem gera frustrações, tanto por parte do professor, quando não atinge os objetivos propostos, como por parte dos alunos, que não conseguem aprender aquilo que lhes está sendo apresentado. Porém este mesmo aluno traz em sua bagagem, outros conhecimentos e interrogações, aos quais não encontra respostas nem espaço para possíveis questionamentos.

Embora se saiba que deficiências no processo pedagógico escolar venham contribuindo, consideravelmente, para a reprovação do aluno, existem outros fatores externos que também contribuem para isso, dificultando o desempenho na escola. A instituição escolar não consegue mais motivar o aluno para a aprendizagem. Muitos deles passam pelos bancos escolares apenas pelo interesse de conquistar um certificado ou diploma, que lhes atribui uma titulação, sem ter claro a relevância do conhecimento adquirido para o exercício concreto de sua cidadania. Este tema tão presente e pouco debatido nas escolas, requer uma séria reflexão, em busca das causas e possíveis soluções .

Durante oito anos em exercício no Curso Normal de Nível Médio, no Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro, em Caçapava do Sul, exercendo as funções de professora, de coordenadora do curso e de supervisora do Estágio

Supervisionado, tenho observado que, de um modo geral, está acontecendo um esvaziamento no referido curso. O índice de evasão tem aumentado ano após ano. Constata-se que muitos dos alunos que ingressam no curso, usam-no como “ponte” para obter uma vaga no Ensino Médio, onde a demanda é maior; além disso, desencantam-se pelo curso, seja em função da questão financeira ou mesmo pelo pouco reconhecimento da futura profissão.

A constatação desses fatos instiga e justifica a escolha desta instituição como campo de investigação desta pesquisa, cujo problema é levantar as causas da evasão dos alunos no Curso Normal.

O referido curso tem a duração de quatro (04) anos de teoria e prática, mais um semestre de estágio supervisionado. A prática, que inclui experiências com as crianças, oportuniza uma opção profissional mais consciente pelo magistério, ao mesmo tempo em que, prepara melhor o aluno para a docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Atualmente, o Curso Normal de Ensino Médio da referida instituição, registra uma matrícula de 84 alunos, dos quais: 46 estão nas primeiras séries; 20 cursam a segunda série; 8 cursam, a terceira série e 10 alunos encontram-se na quarta série. Pode-se constatar um decréscimo do número de alunos matriculados na seqüência curricular do curso.

Para a realização desta investigação, utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, através de um estudo de caso, onde a problemática centrou-se na seguinte questão: “Quais as causas da evasão do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro?”.

Para tanto, levantou-se dados junto aos professores, à equipe diretiva (Direção, Supervisão Escolar e Orientação Educacional), aos alunos do Curso Normal e alunos que deixaram o Curso (evadidos).

A amostra constitui-se de dez (10) professores, dez (10) alunos freqüentes e seis (06) alunos evadidos. Partindo-se da análise dos dados, procurou-se fundamentar a investigação através do referencial teórico para chegar às causas que levam aos índices de evasão constatados nesta pesquisa.

O estudo está fundamentado na legislação educacional vigente e no pensamento de alguns educadores contemporâneos como: Arroyo (1997), Demo (1993 e 1996), Freire (1982, 1997 e 1998), Gadotti (1995 e 2000), Grossi (1993),

Hoffmann (1991), Libâneo (1994 e 1997), Melchior (1998), Piaget (1973), Vasconcelos (2001), entre outros,

Propõe-se uma reflexão sobre: a função social que a escola vem desempenhando ao longo dos tempos; como a gestão democrática pode promover a melhoria na qualidade da educação; bem como a constituição e a dinâmica do currículo na perspectiva democrática.

Tratou-se também da avaliação, por ser considerada um dos fatores que pode contribuir para o sucesso ou fracasso no desempenho escolar, assim como as dificuldades no processo ensino-aprendizagem que podem concorrer para a evasão escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação e a realidade brasileira

Apesar da evolução da sociedade brasileira e dos avanços constatados na educação, a instituição escolar não tem acompanhado, satisfatoriamente, esse desenvolvimento.

Em parte, as deficiências na educação formal, são reflexos da falta de reconhecimento da sua importância para desenvolvimento social.

A história da educação tem sido marcada pela exclusão, através de influências da sociedade neoliberal.

Partindo-se da concepção de que, neste milênio, a partir de 2000, houve mudança considerável no contexto social, a educação deve rever valores e criar novas estratégias de ensino a fim de estimular o aluno a permanecer na escola com um aproveitamento satisfatório, interagindo no espaço em que está inserido.

A população brasileira é vítima de problemas sociais graves como violência, desemprego, analfabetismo, drogas. Percebe-se uma diversidade sócio-cultural de valores, de etnia, de socialização e de aprendizagem muito grande. Tudo isso interfere no processo educativo escolar.

Considerando-se todos esses fatores, a educação é um dos indicadores das mudanças sociais, indispensáveis ao exercício da cidadania: socializando os saberes; promovendo a diminuição das desigualdades; permitindo o acesso a outras culturas e formas de convivência; promovendo inovações e mudanças; desenvolvendo potenciais, que interferem no processo produtivo da sociedade.

Tal premissa é referendada no Art. 206 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que o indivíduo deve ter igualdade de condições tanto ao acesso como a permanência na escola, tendo liberdade de aprender ensinar e divulgar o pensamento, havendo assim pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, em meio à coexistência de instituições públicas e privadas, de ensino público gratuito com gestão democrática.

A referida lei salienta o direito fundamental de todos os cidadãos independente da idade, sexo, condição econômica ou ideológica de ter acesso e permanecer na escola, bem como de participar das decisões sociais, buscando realizar-se dentro de um processo democrático.

Percebe-se princípios, eminentemente, democráticos, que tornaram-se linhas mestras na legislação brasileira também detalhados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB/96).

A LDB/96 tornou mais flexível a educação no país, destacando a importância de desenvolver a capacidade de pensar, agir e criar a todos os cidadãos, permitindo, assim, que as ações sejam refletidas, valorizando a busca da autonomia, através de uma educação de qualidade.

Salienta Mendes:

[...] que a sociedade brasileira em que pese a profunda consciência da importância da Educação e da cultura, tem vivenciado a retórica das classes dominantes e do Estado, que nunca quis resolver o problema educacional. O regime democrático exige que todos tenham acesso à participação de forma qualificada e solidária enquanto indivíduos e enquanto grupos organizados, constituindo assim a práxis social". (1991,p. 20).

Mendes tem razão ao afirmar a influência das classes dominantes sobre a educação. Há necessidade urgente de mudanças político-pedagógicas no contexto escolar para que a escola resgate a sua função social.

2.2 Função social da escola

Para que se possa compreender a função social da escola, é importante situá-la no mundo contemporâneo, comparando os papéis exercidos por ela ao longo dos tempos. Primeiramente, verificando que mesmo cumprindo a tarefa básica

de possibilitar acesso ao saber, sua função social apresentou variações em diferentes contextos históricos e geográficos.

No decorrer da história, independentemente, de suas modificações, a escola foi a instituição que a humanidade criou para transmitir o saber sistematizado. Isto é, o saber que a sociedade julga necessário passar às novas gerações. Nenhuma outra forma de organização até hoje foi capaz de substituí-la.

A instituição escolar para cumprir seu papel social, ou seja, promover o pleno desenvolvimento pessoal, preparar para a cidadania e qualificar profissionalmente, conforme define a LDB/96, deve ousar em construir um novo espaço educativo onde todos participem, sejam acolhidos e tenham sucesso na aprendizagem.

Pelo que se constata, hoje na escola, há necessidade urgente em atualizar a prática educativa para que corresponda às inovações sociais.

Morais (2001, p. 84) afirma que “a renovação da prática educativa exige clareza de alguns aspectos relativos ao comportamento dos educadores e de certas condições de trabalho na escola que devem ser preenchidas”.

Percebe-se que muitos educadores continuam, apenas, transmitindo conhecimentos para seus alunos, sem levar em consideração a realidade cultural e política da sociedade vigente.

O educador deve levar em consideração as experiências dos alunos para dar maior significado à aprendizagem, promovendo, assim, melhor aproveitamento. É necessário que observe as manifestações da turma e esteja disponível à mudança, se a prática escolhida não está levando a resultados satisfatórios. É importante investir na sua qualificação profissional, oferecendo um ensino de qualidade. Isto é, manter a competência pedagógica. Porém, deve continuar lutando pela valorização profissional, bem como pela melhoria das condições de trabalho e de salário, que significa exercer também sua competência política. Tais procedimentos interferem, significativamente, na formação profissional, daqueles a quem se destina o Curso Normal.

Neste contexto:

Comecemos por refletir sobre algumas das qualidades que a autoridade docente democrática precisa encarar em suas relações com a liberdade dos alunos. É interessante observar que a minha experiência discente é fundamental para a prática docente que terei amanhã ou que estou tendo agora simultaneamente com aquela. (Freire, 1996, p.100)

Considerando-se que a escola Normal é o “passaporte” que capacita profissionalmente o cidadão, deve contemplar em seus projetos, a preocupação com a formação humana em sua dimensão pessoal e profissional.

Rodrigues adverte, quando se refere à formação profissional:

[...] a formação profissional não pode ser elevada, na escola, ao plano mais alto da hierarquia dos objetivos educacionais [...] pois ela é decorrente do desenvolvimento cultural e político [...] A preparação para o trabalho e para o exercício de uma profissão, são tarefas que a escola, passa a exercer, enquanto *lócus* de preparação do indivíduo para a vida social. (1995 p.59)

Conforme o autor, encontra-se superado o paradigma taylorista-fordista, no qual a educação tecnicista preparava a “mão-de-obra” para o mercado de trabalho. Hoje o novo paradigma, prima pela emancipação do sujeito histórico para que, como sujeito autônomo, possa intervir com sabedoria na sociedade contribuindo assim, com as transformações que se fazem necessárias. Urge que a instituição educacional promova uma formação humana que contemple o exercício da cidadania.

Esta é uma exigência primordial no perfil da educação de qualidade nos dias atuais, requerendo uma gestão escolar democrática.

2.3 A gestão democrática e a qualidade da educação

Há que se promover à reflexão, o questionamento junto aos profissionais de educação, especialmente, com os gestores escolares, para que avaliem e ressignifiquem suas práticas pedagógicas, na perspectiva da gestão democrática.

O paradigma educacional mecanicista, que vê o ser humano como peça de uma máquina, precisa ser superado e, para isto a gestão escolar deve desvincular-se dos modelos administrativos empresariais, os quais, perduraram por muitos séculos. Vive-se numa sociedade, legalmente, democrática, assim, não se concebe uma educação de qualidade que não contemple a cidadania.

A educação deve preocupar-se tanto com a “qualidade formal”, como com a “qualidade política”.

Tanto o conhecimento quanto a educação são obras humanas e por isso lhes cabe o desafio da qualidade. Entretanto, na qualidade

formal trata-se da arte de descobrir, enquanto na qualidade política trata-se da arte de fazer. Assim qualidade centra-se no desafio de manejar os instrumentos adequados para fazer história humana. (Demo, 1996, p. 15)

A gestão da escola pública, atualmente, não se restringe somente a executar a tarefa de administrar recursos materiais, financeiros, quadro de professores e funcionários, reuniões com pais e alunos. Sua função ultrapassa os limites dos aspectos físicos, implica na participação da sociedade, na construção de projetos, envolvendo os diversos segmentos sociais, que dela fazem parte. Ela deve contemplar perspectivas de uma inserção social ampla, preparando o aluno no exercício da cidadania.

No Estado do Rio Grande do Sul, a gestão democrática, está regulamentada através da Lei 10.576/95, que contempla a eleição de diretores pela comunidade escolar, privilegia o exercício da cidadania, através da participação integrada e integradora de todos os segmentos da instituição, tanto nas decisões, quanto na execução de seu processo curricular. Diante desta realidade escolar, de abertura democrática, deve-se ter o devido cuidado com a ética política, para que de fato tal procedimento eleitoral favoreça a formação cidadã.

Sendo assim, pressupõe-se que, os administradores, os supervisores e os orientadores educacionais, sejam os profissionais qualificados e aptos a articular e orientar a execução do Projeto Político Pedagógico Democrático, através de uma organização escolar que contemple a participação de todos os segmentos nela envolvidos, sem discriminação.

Entende-se que o Projeto Político-Pedagógico construído participativamente é hoje um grande instrumento para a escola superar o isolamento, a histórica prática individualista e, portanto, a fragmentação do trabalho, no seu interior. (Vasconcellos, 2001, p.16).

Os gestores escolares devem envolver-se num amplo conhecimento da realidade escolar e numa proposta político-pedagógica bem clara que corresponda aos interesses e necessidades da sua comunidade. Precisam buscar, constantemente, diferentes formas e meios de formação continuada para o exercício competente de sua função, comprometendo-se assim, com uma educação de

qualidade para todos. Pressupõe-se que uma gestão democrática poderá contribuir para o ingresso e a permanência com sucesso do aluno na escola.

2.4 O currículo escolar

O currículo escolar envolve um processo amplo, onde operacionaliza a proposta pedagógica da escola. Contém a seqüência dos conteúdos, as formas de estruturar e acompanhar as atividades do ensino e da aprendizagem, através da participação de toda a comunidade escolar. Refere-se à organização do conhecimento escolar, num processo dinâmico, vinculado a uma profunda reflexão, pois além de ser um processo é também um produto desse conhecimento.

A complexidade dinâmica da realidade exige que o currículo seja interdisciplinar. Precisa estar relacionado aos saberes e ao conhecimento, rompendo com a fragmentação, a divisão de tarefas com os conhecimentos compartimentados. Deve possibilitar a articulação dos conceitos entre as diferentes áreas do conhecimento, buscando romper as dicotomias como “teoria e prática”, “ciência e arte”, etc. A interdisciplinaridade leva o educando a perceber a inter-relação das várias disciplinas que compõem o conhecimento, dando-lhe o devido significado.

Cabe à escola, instituição social, responsável pela educação das novas gerações, assumir seu papel e seu compromisso de mediatizar a relação do sujeito histórico com as novas tecnologias e com as mudanças na produção de conhecimentos, bens e serviços.

O processo ensino-aprendizagem deve partir do conhecimento dos educandos, de suas experiências e vivências e proporcionar a problematização dos conhecimentos, acumulados pela humanidade, recriando-os e reelaborando-os em conhecimento sistematizado.

No Curso Normal, observa-se a necessidade de um currículo voltado para a construção e transformação sócio cultural, onde os indivíduos elaboram seus conhecimentos e coloquem os “saberes” a serviço de uma sociedade mais igualitária. Entende-se que a reconstrução social acontece através do conhecimento e de ações conscientes dos sujeitos, à medida que os saberes sistematizados se efetivem coletivamente a partir de uma metodologia que garanta esta construção coletiva.

Neste contexto do Curso Normal, o currículo tem múltipla função, ensinar o aluno a aprender e ao mesmo tempo ensiná-lo a ensinar. Na medida em que a escola ajuda o aluno a desenvolver-se, está contribuindo para a reconstrução social. Se a escola ensinar o aluno a aprender ele continuará aprendendo pela vida a fora.

Segundo Demo (1993, p. 97) o melhor método para que o aluno aprenda a aprender é a pesquisa. Ele apresenta “a pesquisa sob dupla face, como princípio educativo na educação básica”, onde seu principal objetivo é “construir a metodologia do aprender a aprender”.

No momento, isto torna-se um imperativo para a escola e um desafio para o professor, uma vez que o processo docente do Curso Normal prepara futuros professores, devendo ensinar a ensinar ou/e ensinar a ensinar a aprender.

Mello (2004, p. 26), numa entrevista da Revista Escola, quando questionada sobre a adequação do currículo para a formação de professores competentes, afirmou: “Ninguém ensina o que não aprendeu. Por isso o curso de formação precisa dar peso grande ao conteúdo que vai ser ensinado”.

O currículo do Curso Normal deve basear-se no domínio de competências básicas e não apenas no acúmulo de informações, desvinculados da prática. Constata-se no Curso Normal um crescente desinteresse dos alunos que se incompatibilizam com os professores que não associam a teoria à prática.

É tempo de mudança, de inovação e a sociedade está a exigir muito mais do que os docentes, na sua grande maioria, estão oferecendo; conseqüentemente, a escola não está correspondendo às necessidades de sua clientela, causando desinteresse, desmotivação, tanto do professor, quanto do aluno, levando a um número considerável destes a “reprovação e a evasão” escolar.

Um currículo atualizado, para uma boa formação profissional, contempla a multifuncionalidade, a polivalência e a flexibilidade de modo a corresponder as crescentes inovações que vem se sucedendo nos últimos tempos. Essa multifuncionalidade refere-se à habilidade de atuar em múltiplas direções. A polivalência requer um profissional dinâmico, que seja capaz de desempenhar várias funções, além da sua função específica, exigindo flexibilidade para as mudanças, abertura para o diálogo e aceitação das inovações constantes na realidade atual.

Segundo Herédia (1997) o novo contexto político-sócio-cultural e econômico

[...] impõe uma formação humana e profissional polivalente, funcional e flexível, na qual os domínios de conhecimento, articulados com criatividade e iniciativa, permitam ao educando se integrar e intervir no mercado de forma eficiente e qualificada. (apud Oliveira, p.25)

2.5 Dificuldades no processo ensino-aprendizagem

A tendência à aprendizagem é própria do ser humano. Mesmo assim, é impossível analisar o processo pelo qual se dá a construção do conhecimento, sem antes questionar os fatores que levam muitos alunos a não obterem sucesso na aprendizagem escolar.

As dificuldades de grande parte dos alunos vêm preocupando muitos especialistas, alguns pais e professores, que são levados a buscar as causas do insucesso escolar para solucioná-las. Paralelo a essa preocupação vivencia-se, também, no cotidiano da escola a indiferença de grande parte dos responsáveis pelo ensino-aprendizagem diante do problema.

É através da aprendizagem que o ser humano se afirma como ser racional, forma sua personalidade e se prepara para o papel que lhe cabe na sociedade, o que se torna um processo fundamental da vida. Muitas vezes, a aprendizagem está condicionada à existência de problemas, levando o indivíduo a motivar-se para resolvê-los. Compete ao professor criar situações problemas, nas quais o aluno poderá motivar-se para uma aprendizagem satisfatória.

Para Kuethe (1978, p. 117), “quando uma pessoa é motivada para alcançar uma meta, sua atividade consiste num motivo em direção a essa meta”. O aluno precisa ser motivado, através de propostas desafiadoras, pelo professor em situações que o levem a aprender com empenho, entusiasmo e satisfação.

A capacidade de avaliar e criticar, bem como, a humildade de reconhecer a importância da decisão do educador na busca de motivação eficaz para uma mudança duradoura no comportamento do aluno, só pode ocorrer numa proposta de aprendizagem que seja significativa para o aluno. A interação professor/aluno é indispensável para dar significado a aprendizagem. Sabe-se, pela experiência, que quando o professor torna-se uma pessoa significativa para o aluno, por um elo de afinidade ou/e afetividade o ensino que ministra, também passa a ter significado, favorecendo a aprendizagem.

Para que o educador possa motivar o aluno é necessário conhecer o meio em que ele vive, suas expectativas em relação à escola, às relações familiares, crenças e costumes bem como, outras características que irão determinar o seu modo de aprender.

Segundo Gardner (1994) um rico instrumento de motivação é a valorização dos talentos dos alunos, pelo professor. Percebe-se, na prática docente, que valorizar os talentos tem o poder de sensibilizar o potencial do aluno e constitui-se em um tônico para o resgate da auto-estima, favorecendo, assim, uma aprendizagem prazerosa. Deve-se considerar, que o conhecimento não é algo situado fora do indivíduo, a ser adquirido por meio da cópia do real, muito menos, algo que o indivíduo constrói independente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais.

Sabe-se que os interesses dos alunos estão relacionados à sua faixa etária. Além disso, segundo pesquisas de Piaget (1973) existem diferentes formas de perceber, compreender e se comportar diante do objeto, onde há uma assimilação progressiva do meio ambiente, que implica numa acomodação das estruturas mentais. Processo que consiste em três movimentos: “acomodação, assimilação e organização”.

Na assimilação o sujeito incorpora o objeto de conhecimento aos seus esquemas; na acomodação, ele ajusta os seus esquemas ao objeto de conhecimento; através da organização o sujeito integra este novo objeto à sua totalidade interna: relação, parte - todo, numa busca de coerência. Aprendizagem é decorrente de um “equilíbrio” entre a assimilação, acomodação e organização. O conhecimento está sempre em movimento gerando novas “desequilibrações”, que levarão às novas equilibrações sucessivamente. Esses requisitos, na maioria das vezes, não são levados em consideração pelo professor, que não raramente os desconhece.

Diante desses pressupostos piagetianos a aprendizagem precisa ser compreendida como processo social visando formas emergentes de aprender, apostando na capacidade do educando, considerando suas dificuldades individuais. As dificuldades na aprendizagem escolar, envolvem determinantes sócio-culturais, pedagógicos, físicos, psicológicos, cognitivos, afetivos entre outros. Muitos deles fogem ao alcance da competência da escola.

O fracasso escolar do aluno está vinculado às dificuldades na aprendizagem, decorrentes de uma multiplicidade de fatores, vivenciados no seu dia a dia, levando-os à reprovação e à evasão e entre eles destaca-se a avaliação escolar.

2.6 Avaliação escolar: sucesso ou fracasso

É impossível falar em educação escolar sem a preocupação com a avaliação, motivo de angústia dos profissionais, comprometidos com a docência. Porém, para muitos deles a avaliação da aprendizagem é utilizada como poderosa arma de dominação e discriminação do aluno. Este procedimento pode contribuir, decisivamente, com o insucesso do aluno na aprendizagem.

Nesse contexto, Hoffmann alerta para

[...] a necessária tomada de consciência e reflexão a respeito desta compreensão equivocada da avaliação como julgamento de resultados, porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa (1991, p. 54).

A avaliação pode ser um instrumento de discriminação do aluno. Para muitos deles, o término do ano letivo é sinônimo de pesadelo, pois já foram rotulados de incapazes, desde o início do ano letivo, condenados a freqüentar novamente a série que acabaram de cursar, revendo os mesmos conteúdos, inclusive, os que já haviam assimilado, aumentando assim as estatísticas da evasão. Alguns estudos levam a uma visão crítica para analisar e refletir a prática, sinalizando algumas alternativas que possam diminuir as dificuldades de aprendizagem, compreendendo melhor o processo de desenvolvimento dos alunos.

Para Libâneo:

São muitos os procedimentos didáticos que acabam discriminando socialmente as crianças. Por exemplo, já no início do ano letivo, o professor costuma “prever” quais os alunos que serão reprovados. Geralmente, essa previsão acaba se concretizando, pois os reprovados no final do ano, são aqueles já marcados pelo professor. Além disso, alunos com diferente aproveitamento, recebem tratamento desigual, pois o professor prefere os que melhor correspondem às suas expectativas de “bom aluno”. (1994, p. 41).

E, muitas vezes, para o professor “bom aluno” é aquele que não se manifesta, fica quieto no seu canto. E pelo contrário, em nosso contexto de estudo, a formação da “normalista” exige desenvoltura, iniciativa, criatividade, participação e liderança, entre outras habilidades.

Segundo este critério avaliativo, o aluno é quem acaba tornando-se vítima deste processo, ao deparar-se com uma avaliação, que tem um aspecto valorativo sobre sua forma de pensar e agir.

Hoje, não se admite mais a avaliação ser unilateral, todos os elementos envolvidos no processo devem avaliar a todos e se auto-avaliarem [...] a auto-avaliação e a avaliação devem ter os mesmos critérios e estes serem definidos, [...] pelos elementos do grupo, de forma clara e transparente (Melchior, 1998, p. 61).

Para que a avaliação se constitua em sucesso na aprendizagem do aluno, antes de qualquer outra questão, é necessário rever o papel que ela exerce na escola. Enquanto a avaliação for realizada apenas para dar nota ao aluno, ela não contribui para um maior desenvolvimento, ao contrário, pode ser um dos fatores que gera um maior índice de reprovação e, conseqüentemente, de evasão escolar.

O efeito maior da avaliação deve ser a realimentação da prática docente, quando o ensino não contempla uma aprendizagem integral ou/e satisfatória.

O processo ensino-aprendizagem está mudando, assim como o processo avaliativo. Na escola tradicional, a avaliação era utilizada como arma do avaliador contra os avaliados. Através da avaliação, que tinha finalidade apenas classificatória, os alunos eram punidos ou recompensados.

Na fase do psicologismo pedagógico (época em que foi dada exagerada ênfase a Psicologia), a avaliação, da forma como se processava era considerada prejudicial e traumatizante, sendo sugerida a auto-avaliação, para não criar traumas no aluno. Alguns pensavam que essa prática poderia bloquear o desenvolvimento da autonomia do aluno, bem como estimular o exagero do poder por parte de professores, cujo desempenho do aluno não correspondesse à sua expectativa.

Sob uma visão construtivista,

é necessário acabar com esta filantropia pedagógica avessa não só a autonomia dos estudantes com a possibilidade de verificar se realmente aprenderam. Eles têm o direito e a possibilidade de construir os seus saberes e de se fazerem promover pelo seu

esforço e pelos seus méritos, no contexto didático pedagógico montado pelo professor inteligente, criativo e atualizado. (Grossi, 1993, p.55)

Nessa visão construtivista, a avaliação não se dá apenas em cima do conhecimento que o professor considera significativo para o aluno, mas leva em conta, o seu desempenho, incluindo as atitudes e habilidades na aprendizagem, o que favorece a autonomia.

Para Luckesi (1990) a avaliação deve considerar todo o conteúdo da aprendizagem, que inclui atitudes e habilidades do aluno, fato porque a avaliação não pode se restringir apenas aos resultados do conhecimento.

É indispensável na avaliação considerar esses aspectos, que são essenciais para garantir a assimilação, o aprofundamento e a construção dos saberes. A escola deve preocupar-se com o desenvolvimento do aluno em todos os sentidos. Não é suficiente o aluno aprender fatos e conceitos, é necessário que aprenda a usar os conhecimentos e reconstruí-los em novas aprendizagens.

A avaliação não pode ser utilizada só com função classificatória, mas como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que ele possa avançar no seu processo de aprendizagem. Deste modo a avaliação não seria somente um instrumento de aprovação ou de reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem. (Luckesi, 1990, p. 52).

Na legislação, mais precisamente, na LDB/96 está claro que os aspectos qualitativos preponderam sobre os quantitativos. Neste enfoque são contempladas as atitudes e habilidades do educando.

A avaliação promoverá o sucesso da aprendizagem, na medida em que servir para diagnosticar as dificuldades do aluno e estas forem sanadas, através da recuperação imediata; constituir-se-á um fracasso, enquanto usada como arma discriminatória, excludente e, exclusivamente, classificatória, provocando a reprovação escolar e evasão.

2.7 O Curso Normal de Nível Médio Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

O Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro, localizado na rua XV de novembro, 130, em Caçapava do Sul, é considerado uma instituição educacional de tradição no conceito caçapavano, onde várias gerações por ali passaram e, hoje constituem as lideranças que, com o povo, fazem a história do município.

Sua instalação data de 19 de outubro de 1919, com a denominação de “Colégio Elementar”. Passou por várias denominações, como Escola Normal Dinarte Ribeiro e, em abril de 2000 (25-04) foi denominada “Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro”.

O objetivo geral da Escola, “construir conhecimentos que permitam reelaborar a realidade, de maneira reflexiva e crítica na busca do exercício consciente da cidadania”: oportuniza situações para que o educando vivencie valores humanos, agindo com criticidade na construção dos mesmos na busca de sua própria identidade e crescimento de grupo, objetivando oferecer aos alunos condições de uma formação pedagógica ampla.

O Projeto Político-Pedagógico da escola contém os pressupostos filosóficos, pedagógicos e metodológicos.

A escola tem procurado repensar a realidade mobilizando a comunidade escolar a favor da vida e da dignidade humana, baseando-se nos princípios filosóficos como: liberdade com responsabilidade; respeito à diversidade cultural, ética de gênero e opção sexual, religiosa e política; fortalecimento de uma escala de valores; construção de direitos e deveres, fortalecendo a democracia participativa, diálogo, justiça e igualdade.

A escola conta com um corpo docente de setenta e três (73) profissionais. Possui 1.180 alunos distribuídos nos seguintes níveis: Educação Infantil; Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), que constituem as classes de aplicação para a prática do Curso Normal; Ensino Médio ;Curso Normal; Técnico em Contabilidade.

O Curso Normal, em nível médio do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro compreende uma carga horária de cinco mil e seiscentas horas (5.600), incluindo o estágio supervisionado, ancorado no Projeto Político-Pedagógico. O

currículo é detalhado através de Planos de Estudos, assim como suas normas, no Regimento Escolar.

O Curso Normal tem como objetivo: - Proporcionar condições para a construção e reconstrução no coletivo de espaços que possibilitem uma nova postura político pedagógico da futura profissão, assumindo posicionamentos críticos, recriadores de ações, oportunizando situações teóricas e práticas que levem a um posicionamento pessoal, profissional comprometido com a qualificação pessoal, técnico, ética da realidade educativa.

O quadro de pessoal do Curso Normal, está composto por: vinte (20) professores, um (1) Orientador Educacional, um (1) Supervisor do respectivo curso.

O referido curso, registra uma matrícula de 84 alunos, dos quais: 44 estão nas primeiras séries; 22, cursam a segunda ; 8, a terceira e 10, encontram-se na quarta série. Parte significativa dos alunos da Escola são oriundos da periferia e zona rural, caracterizando um baixo poder aquisitivo, o que leva a escola a enfrentar problemas comuns às demais escolas como: evasão escolar, repetência, falta de vagas no ensino médio e o baixo rendimento na aprendizagem. Problemas estes, provavelmente, causados pela falta de perspectiva em conseguir trabalho, situação financeira precária e a dificuldade em deslocar-se até a escola, pela distância. Outro problema enfrentado pela escola é a falta de estrutura e professores especializados para atender a demanda de alunos com necessidades especiais, que freqüentam as diferentes séries nos diferentes níveis de ensino oferecidos pela escola.

A direção e os professores preocupados com estas situações procuram os órgãos competentes, para da melhor forma possível e com a colaboração dos pais e alguns especialistas, sanar tais dificuldades, ou, pelo menos amenizá-las.

Os procedimentos de avaliação/recuperação que fazem parte do Curso Normal em Nível Médio são realizados através de Reuniões de Área, Reuniões Pedagógicas e Formação Continuada, previstas nos Planos de Estudos. A Comunidade Escolar tem refletido sobre o sistema de avaliação, procurando analisá-lo à luz dos enfoques da nova legislação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

A comunidade escolar está consciente de que as relações educativas que ocorrem no seu cotidiano são amplas e complexas, em permanente

construção/reconstrução. Espera-se que estes procedimentos venham minimizar a evasão do referido curso.

2.8 A evasão dos alunos do Curso Normal

Atualmente, constata-se na educação brasileira, elevadas taxas de reprovação e, conseqüente, evasão escolar. Isto significa que um número expressivo de alunos não está obtendo sucesso na aprendizagem. Não consegue acompanhar o processo educativo escolar e, em conseqüência disso, acaba abandonando os estudos, por falta de motivação no ensino.

Autores que tratam da educação são quase unânimes em afirmar que um dos maiores problemas da escola é o fracasso escolar, representado pela reprovação e evasão, sendo o mesmo considerado um problema social grave e desafiador, em nível internacional, tanto nos países em desenvolvimento, como nos desenvolvidos. (Melchior, 1998, p. 17)

Para efeito desta pesquisa, considera-se evadido todo o aluno que afastou-se do curso normal, durante seu percurso, exceto os transferidos.

A incidência de evasão obteve-se através de dados coletados nos registros na Secretaria da Escola, organizando-os em quadros, onde se pode observar, também, o número de alunos matriculados, através da Matrícula Inicial (MI), que é feita no início de cada ano letivo e da Matrícula Final (MF), que é computada no final do mesmo ano. Além disso, o quadro mostra o número de alunos aprovados e reprovados.

A diferença entre a MI e a MF, demonstra o número de alunos evadidos, ou seja, aqueles que deixaram o Curso Normal. Podemos observar também a progressão das três turmas ingressantes em 1999, 2000 e 2001, a partir da integralização curricular nos quatro anos de duração do curso.

Quadro 1-a - Demonstrativo do número de alunos, por ano de ingresso, através da sua progressão nas quatro séries do Curso Normal.

Série Ano	1ª					2ª					3ª					4ª				
	MI	MF	A	R	E	MI	MF	A	R	E	MI	MF	A	R	E	MI	MF	A	R	E
1999	87	77	31	44	10	29	25	21	04	4	33	30	27	3	3	25	24	24	0	1
2000	111	102	35	67	9	38	33	15	18	5	25	23	22	1	2	29	29	29	0	0
2001	108	100	35	65	8	51	49	31	17	2	14	13	13	0	1	21	20	20	0	1
2002	63	61	18	43	2	46	46	31	15	0	30	30	28	2	0	14	14	14	0	0
2003	58	51	19	31	7	24	24	15	09	0	28	28	28	0	0	26	26	26	0	0
2004	61	54	20	34	7	22	18	07	11	4	12	11	11	0	1	29	28	28	0	1

Fonte: Secretaria do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

MI = Matrícula Inicial

MF= Matrícula Final

A= Aprovados

R= Reprovados

E= Evadidos

Quadro 1-b - Demonstrativo em percentual de aprovação

ANO	1ª	2ª	3ª	4ª
1999	41%	84%	90%	100%
2000	35%	45%	95%	100%
2001	35%	63%	100%	100%
2002	30%	67%	93%	100%
2003	37%	62%	100%	100%
2004	37%	38%	100%	100%

Algumas reflexões acerca desta realidade aqui representada são indispensáveis para melhor compreensão do contexto em que está inserida a escola e as interferências no ensino aprendizagem que provocam a evasão escolar.

Como se pode observar no quadro, na relação entre MI e MF nas diferentes séries, há uma defasagem no número de alunos matriculados, bem como o alto índice de alunos reprovados nas duas primeiras séries.

Se subtrairmos a MF da MI, obteremos o número de alunos evadidos no final de cada ano letivo.

Estes índices de evasão, diminuem no decorrer dos anos, indicando que os alunos estão confirmando as suas escolhas pelo Curso Normal.

Verifica-se que a medida em que diminuía a procura pelo Curso Normal, decaía o número de evadidos, embora permanecendo alto o índice de reprovação nas primeiras séries. Conforme o enfatizado na pesquisa, pode-se observar que com a implantação da nova base curricular, aumentando a duração do curso, a partir de 2001, diminuiu a demanda pelo mesmo.

Ainda, pode-se aferir que o índice de evasão é pequeno comparado ao alto índice de reprovação. Quando compara-se o percentual de aprovação das primeiras séries com as demais, constata-se uma diferença considerável.

3 - METODOLOGIA

A metodologia desta investigação é a pesquisa qualitativa e quantitativa, que tem por base a percepção de um fenômeno em um contexto mais amplo: é quantitativa por representar os dados numericamente, através do estudo de caso, referente ao Curso Normal de Nível Médio. Procura investigar: Quais as causas da evasão do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro?

No estudo de caso obteve-se várias respostas sobre o tema em questão. Pois para Godd e Hatt, 1968 (apud André e Lüdke, 1994, p. 17) “o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo”. A importância desta técnica na pesquisa qualitativa é possibilitar a comparação entre diversos fenômenos, retrata uma realidade de forma completa e profunda, visando a constatação da realidade investigada mesmo que já se tenha alguns pressupostos teóricos iniciais.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi o questionário, cujas questões visavam levantar elementos sobre as causas da evasão escolar na referida escola.

Utilizou-se uma amostra contemplando os segmentos da comunidade escolar, diretamente implicados na abordagem em estudo, tais como: equipe diretiva (diretor, supervisor e orientador educacional), professores, alunos freqüentes e alunos evadidos do Curso Normal da referida instituição educacional. Para isto foram distribuídos questionários ao Diretor, à Supervisora e à Orientadora do referido curso, a 10 (dez) professores do Curso, perfazendo 50 % (cinqüenta por cento) do total desse segmento. O critério de escolha para estes foi a disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa. Quanto aos discentes, a amostra foi de 10 (dez)

alunos de um total de 84 (oitenta e quatro), preferencialmente, representantes de turmas e 06 (seis) alunos evadidos.

Quanto aos alunos evadidos, a opção recaiu naqueles que, quando freqüentes no curso, apresentavam características próprias ao desempenho do magistério (interesse, disposição e desenvoltura nas atividades propostas).

3.1 Análise e interpretação dos dados

Nesta proposta de trabalho buscou-se identificar as causas que levam os alunos do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro a abandonar o curso. Acredita-se que através desta pesquisa contribuir-se-á com o aprofundamento da reflexão sobre a evasão escolar.

Levantou-se a opinião dos diferentes segmentos da instituição, visando encontrar as causas da evasão escolar.

3.1.1. Equipe Diretiva

Quando questionados sobre: Como você vê o Curso Normal, hoje? A equipe diretiva (diretor, supervisor escolar e orientador educacional) indica que o curso é de suma importância para a comunidade caçapavana, pois investe na formação de novos professores para atuarem nas séries iniciais e prepara bem os profissionais.

Realmente concorda-se com a posição das pessoas questionadas, ao afirmar que o educandário apresenta significativa relevância no contexto caçapavano, por ser a única instituição destinada à formação de professores no município.

Quando solicitados a identificar “se as mudanças ocorridas no Curso Normal (antigo magistério) estão atendendo as expectativas da Comunidade”, apontaram que em parte, pois a mudança na duração do Curso a partir de 2002 de três anos e meio para quatro anos e meio, não está sendo aceita pela comunidade escolar, devido ao aumento da duração do Curso. Como se pode ver através do quadro demonstrativo da pesquisa, a partir de 2002, entrando em vigor a nova base curricular, diminuiu, consideravelmente, a procura pelo curso. Conclui-se que é necessária uma nova reformulação no curso, de modo que corresponda aos interesses e necessidades dos candidatos que desejam preparar-se para atuar na

Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, ingressar no mercado de trabalho e preparar-se melhor para dar continuidade aos estudos.

Em relação às “mudanças mais relevantes ocorridas no Curso”, apontaram a ampliação da carga horária como aspecto negativo e, como aspecto positivo, a intensificação da prática, através de monitorias, substituições e atividades supervisionadas, comprovando assim que a qualidade é mais importante do que a quantidade para uma educação satisfatória à profissão a que se destina.

E, por fim, quanto à necessidade de outras mudanças para a melhoria da qualidade do Curso, a equipe diretiva mencionou a necessidade de reformulação no referido curso, relatando a seguinte sugestão, que o Curso Normal se transforme em curso de aproveitamento de estudos do Ensino Médio, com dois anos de duração, acrescido de um semestre letivo de estágio supervisionado.

Segundo a orientadora educacional do curso: “poderá facultar-se ao aluno ingressar na formação pedagógica a partir da segunda série do Ensino Médio, como funciona o Técnico em contabilidade na instituição. Caso o aluno opte antes de concluir o Ensino Médio frequentará o Curso Normal e o Ensino Médio em horário inverso”.

Já existe um projeto em tramitação, do Curso Normal na modalidade de aproveitamento de estudos para quem já completou o Ensino Médio, encaminhado pela instituição.

Como acontece, atualmente, no Curso Normal, com a duração de quatro anos e meio está diminuindo cada vez mais a procura pela carreira do magistério para as Séries Iniciais. Considera-se o aumento da duração do Curso um desestímulo para o aluno, acrescido das dúvidas, dos últimos tempos sobre a validade do Curso Normal em Nível Médio pela falta de definição legal a partir de 2007. Todas essas questões têm contribuído para a evasão do aluno no referido curso.

3.1.2. Professores

Organizou-se os dados dos professores, em quadros, uma vez que a amostra constituiu-se de 10 professores, favorecendo assim as reflexões.

Quadro 2 - Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro, sob o olhar dos professores

Respostas	Frequência
Muito teórico	1
Alunos despreparados	2
Maior atualização dos professores	1
Oportuniza profissionalização	3
Precisa ser reformulado	1
Pouca qualidade	2

Considerável número de professores vê o Curso Normal, como uma oportunidade de profissionalização, porém, acham a carga horária muito extensa, pois equivale a carga horária do Ensino Médio, mais da formação profissional. Os alunos ingressam no curso muito despreparados, porque lhes faltam pré-requisitos para a aprendizagem do nível médio, o que pressupõe-se a necessidade de uma melhor preparação do aluno no Ensino Fundamental. Acredita-se que a carga horária das disciplinas correspondentes ao Ensino Médio no Curso Normal fique prejudicada em função da preocupação com a preparação do aluno para o exercício da função a que o curso se destina.

Segundo a professora D: "O Curso dá oportunidade de profissionalizar-se, reconhecer a verdadeira vocação, porém, a longa duração do curso torna-se uma barreira". Concorda-se com a afirmação da professora D, uma vez que, além da duração determinada para o referido curso, a maioria dos alunos repetem, uma ou mais vezes, a primeira série.

Todos estes aspectos apresentados pelos professores correspondem à realidade do Curso Normal que vem esvaziando-se, devido as reformulações ocorridas nos últimos anos. Em relação à afirmativa que o curso é teórico, já está se efetivando a articulação da teoria com a prática, desde a primeira série. Pensa-se que a qualidade do curso não ocorre simplesmente, pelo aumento da carga horária, destaca-se a formação continuada dos professores como fator importante, onde os docentes buscam individualmente e/ou coletivamente atualizarem-se, trocar idéias e experiências entre colegas, aprofundarem seus campos de conhecimento.

Quadro 3 - Perfil do professor que atua nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva dos professores do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

Respostas	Freqüência
Possuir visão contextualizada da educação	1
Resgatar o prazer de educar	2
Atualizar-se constantemente	5
Pesquisador	1
Preocupar-se com aspectos afetivos do aluno	3
Auto-avaliar-se constantemente	2
Comprometido, criativo	2
Responsável, solidário	1
Mediador	1

29

As considerações quanto do perfil do professor, apresentadas no quadro acima, são de suma importância para maior eficácia educativa escolar e, de um modo especial quando se destina aos profissionais para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Curso Fundamental.

Não há como ser um bom professor, sem uma visão contextualizada da educação. Entre as ferramentas indispensáveis, que podem e devem ser utilizadas pelo professor, no que se refere a ampla visão da educação, ao resgate do prazer de educar e atualização constante, é a pesquisa. O perfil do professor é de fundamental importância no exercício da docência do Curso Normal uma vez que servirá de modelo para seu aluno no exercício da profissão, como afirma Freire, (1998, p.100) “é interessante observar que a minha experiência discente é fundamental para a prática docente que terei amanhã ou que estou tendo agora simultaneamente como aquela”.

Quadro 4 - Mudanças necessárias apontadas pelos professores do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

Respostas	Freqüência
Atualização permanente	2
Integração teoria-prática	2
Teste p/ingressar no Curso	4
Diminuição do tempo de duração do curso	1
Currículo interdisciplinar, contextualizado	2
Maior divulgação do curso	1

Há um consenso entre os professores sobre a necessidade de teste de seleção e aptidão vocacional para o aluno antes de ingressar no Curso Normal. Procurou-se esclarecimento sobre esse assunto, junto à Supervisão Escolar e a Orientação Educacional do curso. Eles justificaram o porquê da não aplicação de testes; primeiro, porque a oferta vem sendo maior do que a procura; e segundo, os testes de aptidão são considerados como técnica ultrapassada, uma vez, que a aptidão pode ser desenvolvida através do curso. A sugestão da Orientadora é de fazer uma triagem vocacional, após a inscrição do candidato com a devida orientação profissional.

A referida triagem significa uma entrevista individual com o aluno sobre a opção pelo curso, acompanhada de um teste caracteriológico, que possibilita estabelecer o diálogo entre ambos, bem como a auto-avaliação do aluno sobre suas potencialidades, possibilidades e limitações referente à formação. Esclareceu, ainda a orientadora, que tal procedimento deveria ocorrer entre a inscrição e a matrícula, porém isso não vem sendo oportunizado pela escola, porque é época de recesso.

Os professores sugerem maior disponibilidade na carga horária, para reuniões e troca de experiências entre as diferentes disciplinas, bem como com os professores das Classes de Aplicação, possibilitando, assim, a integração curricular e da teoria e prática, cooperação entre professores e a atualização permanente. Porém, a carência de recursos humanos na escola dificulta a disponibilidade de horário com esse fim.

Quadro 5 - Formas de articulação entre teoria e prática no Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro pelos professores

Respostas	Freqüência
Deve haver maior articulação	3
Acontece esporadicamente	1
Falta embasamento teórico dos alunos	1
Não há articulação	2
Através de leituras específicas p/trabalho com crianças	1

Em geral, os professores consideram que há necessidade de maior articulação entre teoria e prática, porém, somente uma professora respondeu, exatamente, o que foi perguntado, dizendo:

”Buscando propiciar aos alunos do Curso Normal, leituras específicas para o trabalho com as crianças, bem como situações em que possa haver a prática do que foi lido”.

Há uma considerável diferença entre as respostas dos professores que atuam nas disciplinas da formação pedagógica e as outras disciplinas de nível médio. Pois aquelas específicas à formação de professores requerem maior articulação entre teoria e prática, enquanto os professores das demais disciplinas, muitas vezes, desconhecem tal procedimento. Como já foi dito anteriormente, há empenho dos professores em realizá-la, uma vez que, a partir de 2002 esta articulação metodológica foi intensificada para atender melhor as exigências da formação.

Quadro 6 - Forma como a Escola contempla espaços de Formação Continuada no Curso Normal

Respostas	Freqüência
Raramente são ofertados espaços	5
Deveria haver mais reuniões, discussões	5
Estado não gera recursos	3

Como podemos constatar no quadro acima, cinquenta por cento dos professores questionados afirmaram que são raros os espaços para a formação continuada e que deveria haver mais encontros de estudos na escola. Três deles acusam o Estado por não gerar recursos para essa finalidade.

A formação continuada deveria ser promovida pelos órgãos públicos, a fim de proporcionar a seus profissionais, aperfeiçoamento e atualização, porém, isto não acontece. Além da falta de oportunidade de atualização e aperfeiçoamento, faltam na escola, professores para substituir àqueles que desejam fazê-lo, através de seus próprios recursos. O professor não tem as condições mínimas necessárias que o estimule ou/e possibilite atualização e aperfeiçoamento profissional.

Quadro 7 - Principais entraves na formação profissional dos alunos do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

Respostas	Frequência
Falta de conhecimentos básicos	2
Falta de professores	1
Falta de seleção p/ingresso-alunos	1
Baixo salário	5
Desprestígio profissional	4
Duração do Curso	1
Avanços Tecnológicos	1
Falta comprometimento dos alunos	1
Relação teoria e prática	1
Atualização dos professores	4
Nº de alunos por turma	1
Falta de política educacional favorável ao magistério	2

Neste Quadro 7, estão evidenciados os entraves, que vem dificultando formação contemplada no Curso Normal. Considera-se todos esses fatores, apontados pelos professores, como verdadeiros obstáculos à formação profissional dos alunos da escola investigada. Pela experiência vivida no Curso Normal pode afirmar-se que esses entraves apontados pelos professores coincidem com a realidade vivenciada na referida instituição em contato com os demais professores.

A falta de conhecimentos básicos com que o aluno chega no nível médio é um dos grandes entraves que precisa ser solucionado em consenso entre os professores do Curso Normal com os das séries finais do Ensino Fundamental .

A incidência maior nas respostas se observa quanto aos baixos salários, desprestígio profissional e atualização dos professores. Pode-se concluir, portanto, que a disponibilidade pessoal dos professores à atualização pode ser conseqüência do baixo salário e o desprestígio profissional.

3.1.3 Alunos freqüentes

Quadro 8 - O Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro sob o olhar dos alunos

Respostas	Freqüência
Curso muito bom	9
Curso muito longo	9
Um privilégio para quem sabe o que quer	1
Desvalorizado	1
Ótimo curso, com tempo muito prolongado	1

Quadro 9 - Motivos da escolha do Curso Normal pelo aluno

Respostas	Freqüência
Por vocação	6
Curso que prepara para a vida	1
Acha gratificante o trabalho do professor	1

Quadro 10 - Sugestões de mudanças no curso pelos alunos freqüentes

Respostas	Freqüência
Diminuir o tempo do Curso	10
Deveria ser elevado a nível superior	4
Ter mais atenção de toda a escola	1
Mais vagas em outros cursos	1

Quadro 11 - Motivos da desistência dos alunos no Curso Normal

Respostas	Freqüência
Curso muito longo	5
Envolve muito os alunos fora de sala de aula	2
Ingressam muito novos e se defrontam com muitas cobranças	1
Achavam que era mais fácil	2

Está demonstrado no quadro 8 e 9 que os alunos reconhecem a importância e a validade do curso, porém consideram-no muito longo. A escolha do curso deve ser muito consciente.

O maior índice de sugestão apontado no quadro 10 é a diminuição do tempo de curso. Aparecem algumas sugestões de que o curso seja elevado ao Nível Superior. Considera-se, que se não diminuir a carga horária do curso, deve, realmente, ser considerado a nível de graduação, porque se o aluno cursar Licenciatura com especialização nas Séries Iniciais estará apto num menor tempo a exercer da mesma forma o magistério com titulação em Nível Superior.

Como demonstra o quadro 11, entre as causas as causas da evasão do Curso Normal estão a longa duração do curso, o envolvimento em dois turnos. Além disso, o aluno chega no curso com pouca base e encontra um número elevado de disciplinas.

3.1.4. Alunos Evadidos

Quadro 12 - Opinião dos alunos quanto ao Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro

Respostas	Freqüência
Curso muito bom	5
Prepara bem para ser professor de séries iniciais	3
Ótimo e de grande responsabilidade	1

Quadro 13 - Causas apontadas pelos alunos quanto à desistência do Curso

Respostas	Freqüência
Reprovação na 1ª e 2ª série	4
Não poder trabalhar durante o curso	3
Condições financeiras	2

Quadro 14 - Mudanças necessárias no Curso Normal, sob o olhar dos alunos

Respostas	Freqüência
Diminuir o tempo do curso	3
Transformação em curso superior	3
Deveria ser noturno	1

Quadro 15 - Motivos da desistência do Curso apontados pelos alunos

Respostas	Freqüência
Reprovação nas disciplinas não pedagógicas	2
Falta de condições financeiras	3
Curso muito longo	3

No quadro 12 referente aos alunos que deixaram o Curso Normal há um consenso de que o curso é muito bom, de que prepara muito bem para trabalhar com as crianças, implicando muita responsabilidade.

Observa-se nos quadros 13 e 15, que a reprovação é a grande vilã na causa de desistência do Curso Normal; além das condições econômicas que obriga o aluno a trabalhar e as atividades do curso preenchem seu horário.

Quanto às mudanças necessárias, quadro 14, os alunos sugerem diminuir o tempo de duração do curso, na mesma proporção em que propõem sua transformação em Curso Superior e à noite. Consideram, ainda, que o Curso Normal deve ser mais valorizado.

Todas as considerações dos alunos levam a concluir que a modalidade como se desenvolve o Curso Normal de Nível Médio, merece maior estudo e reflexão para que as mudanças, de fato correspondam aos interesses e as necessidades dos alunos, de acordo com o contexto social em que está inserido.

O referido curso, além de iniciar a preparação profissional do aluno, o que supõe a continuidade dos estudos, deve fornecer-lhe uma base de conhecimentos que possibilite ingressar numa faculdade. Já que isto tornou-se uma exigência legal. Há que se desvincular a carga horária de formação pedagógica do nível médio para facultar ao aluno a escolha profissional com mais maturidade e prepará-lo melhor, tanto para enfrentar o vestibular como para exercer o magistério.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto histórico, a educação assume um papel de maior relevância político-social, diferente daquele que assumiu a partir do século XVIII até o século XX.

Superado o paradigma das certezas científicas, cabe à instituição escolar preparar o cidadão para viver e intervir no mundo do trabalho como sujeito histórico. Precisa preparar o educando para um mundo de incertezas, diante do avanço técnico-científico, que vem transformando as relações sociais.

Diante destas inovações o papel da escola que era de preparar “mão-de-obra” para o mercado de trabalho, deve contemplar a formação de sujeitos autônomos e empreendedores, que saibam agir com iniciativa e criatividade.

A instituição escolar encontra-se inserida numa realidade dicotômica, por um lado desafiada a mudanças político-pedagógicas pelas inovações sociais, de outro, engessada por um sistema educacional condicionado pela política sócio-econômica capitalista injusta e excludente que afeta diretamente os trabalhadores em educação. Fato que pode ser constatado pela defasagem salarial que vêm sofrendo ao longo da história educacional.

As respostas que constam nos quadros demonstrativos da pesquisa evidenciam que, muitas vezes, a falta de recursos humanos e financeiros é impedimento para a atualização dos professores, até mesmo quanto à aquisição de livros, os quais poderiam suprir tal necessidade.

Entre os alunos, a falta de perspectiva, somada à desvalorização profissional, a necessidade de trabalhar no decorrer do curso e principalmente, o longo tempo de duração deste, são causas de desestímulo do adolescente à carreira do magistério,

contribuindo, assim, para o esvaziamento do Curso Normal. Afirmam que o curso merece atenção especial, devido a preparação profissional para atuar com crianças.

O professor, mais do que outro profissional, deve ser um eterno aprendiz. A metodologia do curso deve dar ênfase ao “como aprender” para que ele continue aprendendo ao longo da carreira profissional, mesmo porque a tecnologia moderna vem facilitando a informação no contexto educacional contemporâneo. Vale aqui lembrar o que a Orientadora Educacional enfatizou que “é primordial ao professor para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, além de dominar o conteúdo de aprendizagem, adotar uma metodologia adequada ao nível das crianças” .

Com o surgimento e proliferação da informática o professor deve assumir uma nova postura, não mais de fornecer informações ao aluno com um fim em si mesmas, mas instrumentá-lo para buscar as informações e reconstruí-las através da pesquisa.

Uma das causas das dificuldades encontradas pelo aluno ao ingressar no nível médio, com maior incidência nas respostas obtidas, é a falta de pré-requisitos, que os alunos trazem em determinadas disciplinas, tais como: Português, Matemática, Física, Química e Biologia contribuindo para sucessivas reprovações. Chegando ao Ensino Médio com uma série de lacunas na aprendizagem, especialmente naquelas disciplinas onde os pré-requisitos são mais necessários para a continuidade dos estudos, o aluno não consegue um nível satisfatório de aprendizagem e mesmo porque tais disciplinas fogem ao interesse dos alunos que optam pelo magistério que contempla as ciências humanas.

Todas essas considerações devem ser trazidas para o coletivo dos educadores até que as mudanças necessárias aconteçam nos sistemas de ensino, onde reprovação e a repetência, sejam minimizadas, contribuindo, assim, para a permanência com sucesso do educando na escola, diminuindo a evasão escolar.

Diante de todas essas circunstâncias, o professor continua e continuará sendo a chave do sucesso educacional. A eficácia da educação escolar não se inspira em motivos meramente técnicos, mas humanos e ético-políticos.

Todos esses fatores vêm incidir sobre a formação dos profissionais da educação, que sofrem um desprestígio generalizado, tanto no aspecto financeiro como social. O que implica fortalecer os profissionais de ensino, antes de mais nada, como categoria profissional.

De pouco adiantará uma integração formal de escolas, se seus docentes continuarem fracos, sem garantias e estabilidade no emprego com salários de fome que os jogam na busca de favores e proteção na trama dos interesses localistas. (Arroyo, 1997, p. 43).

Conclui-se, que a evasão tem múltiplas causas, que encontram-se implícitas no decorrer deste trabalho, cuja origem são de ordem político-pedagógica, uma vez que o contexto atual exige um cidadão participativo, requer da escola estratégias metodológicas que capacitem o aluno no exercício da cidadania a partir do espaço escolar, físico-psico-social, cultural e econômica tais aspectos se caracterizam pelas condições de vida do aluno, que na sua maioria, vem de um ambiente pobre, de zona rural e da periferia, apresentando carências tanto afetivas como econômicas, o que dificulta a adaptação para o bom desempenho escolar. Embora haja empenho dos professores para esta adaptação, o processo é demorado e, só acontece gradativamente, e exige soluções amplas, que na sua maioria fogem ao alcance da escola. É responsabilidade da escola procurar minimizá-las, empenhando-se em resolver as que estão ao seu alcance.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. São Paulo: Papyrus, 1997.

BRASIL- **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 12.ago.2005.

____ Lei N° 9.394. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Promulgada em 20/12/1996. Editora do Brasil.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis. Vozes, 1993.

____ **Educação e Qualidade**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 18. ed., SP. : Paz e Terra, 1998.

____ **Pedagogia do Oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

____ **Educação e Mudança/ Paulo Freire; tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. ; Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1982. (Coleção Educação e Mudança. Vol 1).**

GADOTTI, Moacir. **Escola e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1995.

____ **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente: Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GROSSI. E.P. & BORDIN,J (org.). 1993. **Paixão de Aprender**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação e Construção do conhecimento. In: **Educação e Realidade**. V. 16, nº 2, jul/dez 1991.

KUETHE, James L. **O Processo Ensino- Aprendizagem**. Porto Alegre: Globo: 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Educação: Pedagogia e Didática. In PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Didática e Formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal, São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, Cipriano. **Prática escolar do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude**. São Paulo: Cortez, 1990

LUDKE, André Marli EDA. **Pesquisa em Educação Abordagens Qualitativas de Pesquisa**. São Paulo: EPU, 1996.

MENDES, Dumerval Trigueiro. O Papel da Educação na construção de uma sociedade democrática. In **Educação e Realidade**. POA : RS., V.16., nº 2 jul/dez 1991. 88p.

MELCHIOR, Maria Celina. **O sucesso escolar, através da avaliação e recuperação**. Novo Hamburgo, RS. s. ed., 1998.

MELLO, Guiomar Namó . Escola boa é aquela em que todos aprendem. In **Revista Nova Escola** - junho/ julho 2004.

MORAES, M. C. In **Crise Paradigmática na Orientação Educacional**. AOERGS. Caderno nº 03- Ano 5- POA: RS. 2001.

OLIVEIRA, Lorita Maria de, (org) **Qualidade em Educação-** Um debate necessário. Passo Fundo, RS: Universidade – Educação Básica, 1997 (Série Interinstitucional).

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1973

RIO GRANDE DO SUL, Lei da Gestão Democrática. Lei Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. Secretaria de Educação, 1995.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola (O transitório e o permanente na educação)**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELOS, Celso dos S. Orientação Educacional como mediação das relações e da mudança na escola. POA: **Revista Prospectiva**, 2001

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Questões para a Equipe Diretiva

Sua contribuição através desse instrumento é de fundamental importância.
Desde já agradeço a sua gentileza.

1 - Como você vê o Curso Normal, hoje?

2 - As mudanças ocorridas no Curso Normal (antigo Magistério), estão atendendo as expectativas da comunidade?

3 - Para você, quais as mudanças mais relevantes ocorridas no curso?

4 - Quais as mudanças que você considera necessárias para melhorar a qualidade do Curso?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Questões para os Professores

Sua contribuição através desse instrumento é de fundamental importância. Desde já agradeço a sua gentileza.

1 - Como você vê o Curso Normal do Instituto de Educação Dinarte Ribeiro?

2 - Como deve ser o perfil do professor que atua nas Séries Iniciais?

3 - Quais as mudanças que você julga necessárias no Curso Normal?

4 - Como os professores estão articulando a teoria e prática ao longo do Curso Normal de formação de professores das Séries Iniciais?

5 - De que forma a escola está contemplando espaços na formação continuada para professores do Curso Normal?

6 - Quais os principais entraves na formação profissional dos alunos do Curso Normal?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Questões para os Alunos Frequentes

Sua contribuição através desse instrumento é de fundamental importância.
Desde já agradeço a sua gentileza.

1 - Qual a tua opinião sobre o Curso Normal?

2 - Por que optaste pelo Curso Normal?

3 - Quais as mudanças que você julga necessárias no Curso Normal?

4 - Quais os motivos que você considera importantes para a desistência dos alunos?

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Questões para os Alunos Evadidos

Sua contribuição através desse instrumento é de fundamental importância.
Desde já agradeço a sua gentileza.

- 1 - Qual a tua opinião sobre o Curso Normal?
- 2 - Por que desististe do Curso Normal?
- 3 - Quais as mudanças que você julga necessárias no curso?
- 4 - Quais os motivos que você considera importantes para a desistência do Curso?